



# BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 02.010.478/0001-28

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

A Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. - BAC, no exercício de 2024, apresentou um desempenho robusto e consistente, demonstrando o acerto de suas estratégias e a confiança depositada por seus clientes. Atingimos um marco de **26 mil** cotas ativas, evidenciando um crescimento de **20%** em relação ao ano anterior. Esse avanço é resultado da expansão de nossa atuação, calcada em parcerias estratégicas e no constante aprimoramento de nossos serviços.

O exercício de 2024 apresentou um cenário ao mesmo tempo favorável e desafiador para a Companhia., pois se por um lado a comercialização de novas cotas de consórcio seguiu em alta, potencializando receitas no futuro, de outro pressionou as despesas de curto prazo com o pagamento de comissões, exigindo da Administração a busca por alternativas para reduzir o desequilíbrio do fluxo de caixa da empresa, como a repactuação dos prazos desses dispêndios e a contenção de outros custos e despesas.

Ademais, a incerteza quanto aos resultados da aplicação de alterações de natureza contábil, notadamente quanto à aplicação CPC 47, que trata do regime de competência para escrituração de receitas e despesas de consórcio, gerou certa apreensão na Administração, que viabilizou o apoio de consultores especializados externos, com vistas a garantir a mais adequada aplicação das normas pertinentes, de forma a evitar alterações potencialmente distorcivas para os resultados da empresa.

A Cia. encerrou o exercício de 2024 de forma exuberante, consolidando o forte crescimento nas ven-

das, iniciado ainda no exercício anterior. Foram comercializados 2,14 bilhões em cartas de crédito, volume 17,9% maior do que o observado em 2023, com destaque para o segmento de imóveis, que cresceu 35%. Mantendo o compromisso com o principal propósito da empresa, de viabilizar a realização de sonhos, a BAC operacionalizou 5,9% a mais em relação à quantidade de créditos liberados, alcançando o número de 8.024 bens e serviços entregues.

A Administradora tem como estratégia central o crescimento sustentável da carteira de cotas ativas, além de aprimorar continuamente a experiência dos consorciados. As principais iniciativas nesse sentido incluem:

- **Expansão geográfica:** atuação em novas praças do País, com adoção de estruturas comerciais adequadas a cada realidade local e que supram as demandas geradas;
- **Eficiência operacional:** promover melhorias em processos, sistemas e comunicação, para propiciar uma melhor experiência aos consorciados e maior escalabilidade do negócio.
- **Gestão de custos e despesas:** ajustar a estrutura e o processo de pagamento de comissões, propiciando condições para implementação de modificações em regras, quanto a percentuais, prazos e formas apuração, de forma mais autônoma em relação ao sistema de gestão de grupos.

A Cia. alcançou em 2024 um desempenho financeiro que superou as expectativas mais otimistas, com uma receita operacional líquida de **R\$ 87,7 milhões**, representando um crescimento de **16%**, com-

parado ao ano de 2023, impulsionado pelo aumento na receita com taxa de administração, decorrente de vendas crescentes, combinada com queda de **95%** em custos e despesas, esta principalmente por conta de reflexos da implantação da alteração contábil determinada pela Resolução no. 120 do Banco Central (CPC47), em especial o diferimento das comissões, que passou a observar a apropriação ao resultado pelo prazo da cota de consórcio.

Refletindo a relação receita x custos/despesas, a empresa atingiu o EBITDA de **R\$ 35,6 milhões** e margem de **41,8%**, enquanto a eficiência operacional ficou em 63%. Como consequência do contexto apresentado, a BAC obteve um **resultado líquido em 2024 de R\$ 26,5 milhões**, representando uma margem de 30%.

Para o futuro, a administração está confiante na capacidade da Cia. em superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentarem. Acreditamos que a experiência acumulada em 2024, aliada à força de vendas e ao compromisso com a excelência, permitirá a Bancorbrás Administradora de Consórcios manter sua trajetória de crescimento e consolidar sua posição de destaque no mercado de consórcios, dentre as administradoras independentes.

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2025

**Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho**  
Diretor-Presidente

**José Clímério Silva de Souza**  
Diretor-Executivo

## BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$(1)	
	31.12.2024	31.12.2023
<b>ATIVO</b>	<b>78.488.190</b>	<b>28.357.402</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>76.353.711</b>	<b>24.065.340</b>
Disponibilidades	1.749	504
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	2.251.460	2.461.772
Rendas a receber (nota 13 )	390.340	-
Impostos a recuperar	1.530.443	502.366
Adiantamentos e antecipações salariais	402.340	464.720
Adiantamento aos grupos (nota 05)	20.414.488	16.331.777
Adiantamentos a terceiros	3.769.456	4.169.561
Despesas pagas antecipadamente (nota 06)	236.780	134.640
Comissões diferidas - representantes (nota 13)	39.366.053	-
Comissões diferidas - colaboradores (nota 13)	7.990.602	-
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.675.980</b>	<b>3.141.997</b>
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	1.446.779	2.928.938
Depósitos judiciais	229.201	213.059
<b>PERMANENTE</b>	<b>458.499</b>	<b>1.150.065</b>
<b>Investimentos</b>	<b>177.125</b>	<b>894.989</b>
Cotas de consórcio	177.125	894.989
<b>Imobilizado (nota 07)</b>	<b>277.771</b>	<b>251.473</b>
<b>Intangível</b>	<b>3.603</b>	<b>3.603</b>

	R\$(1)	
	31.12.2024	31.12.2023
<b>PASSIVO</b>	<b>78.488.190</b>	<b>28.357.402</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>51.327.694</b>	<b>8.607.385</b>
Fornecedores de serviços	1.119.105	1.287.063
Impostos e contribuições (nota 08)	4.163.031	3.090.271
Obrigações com pessoal (nota 09)	2.273.534	2.428.969
Obrigações com consorciados	57	204
Participação nos lucros e resultados	961.560	873.441
Outras obrigações (nota 10)	958.585	927.437
Dividendos (nota 12 d)	25.194.331	-
Taxas de administração diferidas (nota 13)	16.657.491	-
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>7.941.916</b>	<b>1.857.454</b>
Provisões para passivos contingentes (nota 11)	251.969	597.674
Partes relacionadas (nota 16 b)	870.127	1.259.780
Impostos diferidos (nota 13)	6.819.820	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.218.580</b>	<b>17.892.563</b>
Capital social (nota 12)	15.200.000	15.200.000
Reservas (nota 12)	4.018.580	2.692.563

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	R\$(1)		
	2ºSem/2024	2024	2023
<b>1 - RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>69.403.271</b>	<b>126.567.335</b>	<b>95.423.050</b>
Rendas de prestação de serviços	49.056.955	102.992.601	88.269.238
Receitas financeiras	441.312	631.770	1.562.054
Outras receitas operacionais	19.368.063	21.283.663	3.606.162
Reversão de provisões operacionais	536.941	1.659.301	1.985.596
<b>2 - DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(42.349.682)</b>	<b>(98.306.786)</b>	<b>(99.840.932)</b>
Despesas administrativas (nota 14)	(33.860.987)	(81.282.485)	(85.961.089)
Honorários da diretoria	(250.097)	(513.019)	(493.605)
Despesas tributárias (nota 14 e)	(7.663.898)	(15.453.641)	(12.674.385)
Despesas financeiras	(574.700)	(1.057.641)	(711.853)
<b>3 - RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>27.053.589</b>	<b>28.260.549</b>	<b>(4.417.882)</b>
<b>4 - RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>27.053.589</b>	<b>28.260.549</b>	<b>(4.417.882)</b>
Contribuição social (nota 15)	(141.332)	(219.854)	-
Imposto de renda (nota 15)	(409.963)	(610.845)	-
<b>5- RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>26.502.294</b>	<b>27.429.850</b>	<b>(4.417.882)</b>
Participações dos administradores	(112.948)	(227.136)	(207.480)
Participações dos empregados	(230.269)	(682.366)	(727.892)
<b>6- LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>26.159.077</b>	<b>26.520.348</b>	<b>(5.353.254)</b>
<b>7- QUANTIDADE DE AÇÕES</b>	<b>1.520.000</b>	<b>1.520.000</b>	<b>1.520.000</b>
<b>8- LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<b>17,21</b>	<b>17,45</b>	<b>(3,52)</b>

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ (1)		
	2ºSEM/2024	2024	2023
<b>1 - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>26.159.077</b>	<b>26.520.348</b>	<b>(5.353.254)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>2 - RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>26.159.077</b>	<b>26.520.348</b>	<b>(5.353.254)</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		R\$ 1	
		LEGAL	AUMENTO DE CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
<b>CNPJ 02.010.478/0001-28</b>					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.200.000</b>	<b>1.171.648</b>	<b>6.874.169</b>	<b>-</b>	<b>23.245.817</b>
Prejuízo líquido do exercício				(5.353.254)	(5.353.254)
Absorção de prejuízo			(5.353.254)	5.353.254	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>15.200.000</b>	<b>1.171.648</b>	<b>1.520.915</b>	<b>-</b>	<b>17.892.563</b>
<b>Exercício de 2024</b>					
Lucro líquido do exercício				26.520.348	26.520.348
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
<b>Transferência para reservas:</b>					
Reserva legal		1.326.017		(1.326.017)	-
Dividendos a distribuir				(25.194.331)	(25.194.331)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>15.200.000</b>	<b>2.497.665</b>	<b>1.520.915</b>	<b>-</b>	<b>19.218.580</b>
<b>2º Semestre de 2024</b>					
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>15.200.000</b>	<b>1.189.712</b>	<b>1.520.915</b>	<b>343.207</b>	<b>18.253.834</b>
Lucro líquido do semestre				26.159.077	26.159.077
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
<b>Transferência para reservas:</b>					
Reserva legal		1.326.017		(1.326.017)	-
Dividendos a distribuir				(25.194.331)	(25.194.331)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>15.200.000</b>	<b>2.515.729</b>	<b>1.520.915</b>	<b>(18.064)</b>	<b>19.218.580</b>

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

	R\$ (1)		
	2º SEM/2024	2024	2023
<b>(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL</b>	<b>320.642.091</b>	<b>305.875.984</b>	<b>251.837.084</b>
Aplicações financeiras	320.642.091	305.875.984	251.837.084
<b>(+) RECURSOS COLETADOS</b>	<b>287.555.480</b>	<b>540.129.285</b>	<b>464.260.351</b>
Contribuições para aquisição de bens	201.037.814	380.017.886	333.680.853
Taxa de administração	57.434.243	109.074.152	78.561.404
Contribuições ao fundo de reserva	2.562.176	4.814.358	3.980.578
Rendimentos de aplicações financeiras	15.059.169	28.836.743	26.610.577
Multas e juros moratórios	854.668	1.843.278	2.448.014
Custas judiciais	17.999	41.087	28.361
Reembolso de despesas com registro	275.094	521.229	395.779
Outros	10.314.317	14.980.552	18.554.785
<b>(-) RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>276.202.724</b>	<b>514.010.422</b>	<b>410.221.451</b>
Aquisição de bens	197.114.771	362.112.850	316.005.302
Taxa de administração	57.527.394	109.837.213	82.398.421
Multas e juros moratórios	361.287	787.347	1.144.507
Prêmios de seguros	17.946	41.406	42.627
Custas judiciais	11.232.108	18.965.680	28.370
Devolução a consorciados desligados	276.464	521.415	2.760.928
Despesas com registro de contrato	9.672.754	21.744.511	396.078
Outros	-	-	7.445.218
<b>(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL</b>	<b>331.994.847</b>	<b>331.994.847</b>	<b>305.875.984</b>
Aplicações financeiras	331.994.847	331.994.847	305.875.984

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

	R\$ (1)		
	31.12.2024	31.12.2023	
<b>ATIVO</b>	<b>10.122.221.337</b>	<b>8.041.546.890</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.033.080.508</b>	<b>913.367.871</b>	
<b>Disponibilidades</b>	<b>331.994.848</b>	<b>305.875.985</b>	
Disponibilidades do grupo	23.713.389	42.274.422	
Vinculadas a contemplações	306.491.611	263.073.340	
Aplicação grupo em formação	1.789.848	528.223	
<b>Outros créditos</b>	<b>701.085.660</b>	<b>607.491.886</b>	
Bens retomados ou devolvidos	16.178.790	18.873.561	
Direitos junto a consorciados contemplados	684.906.870	588.618.325	
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>9.089.140.829</b>	<b>7.128.179.019</b>	
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	20.962.603	17.296.430	
Contribuições devidas aos grupos	4.699.297.249	3.698.568.932	
Consorciados - bens e serviços a contemplar	4.368.880.977	3.412.313.657	

<b>PASSIVO</b>	<b>10.122.221.337</b>	<b>8.041.546.890</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.033.080.508</b>	<b>913.367.871</b>
Obrigações com consorciados	424.891.806	365.256.693
Valores a repassar	12.057.189	11.825.849
Obrigações com contemplações a entregar	306.545.701	263.073.340
Obrigações com a Administradora	17.886.701	13.580.204
Recursos a devolver a consorciados	205.492.654	202.581.888
Recursos dos grupos	66.206.457	57.049.897
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>9.089.140.829</b>	<b>7.128.179.019</b>
Recursos mensais a receber de consorciados	20.962.603	17.296.430
Obrigações dos grupos por contribuições	4.699.297.249	3.698.568.932
Bens e serviços a contemplar	4.368.880.977	3.412.313.657

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ (1)	
	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	26.520.348	(5.353.254)
Ajustes por:		
- Depreciações e amortizações	117.274	76.933
- Baixas de bens do imobilizado	32.317	8.868
- Baixas de investimento	790.394	-
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>27.460.333</b>	<b>(5.267.453)</b>
<b>Aumento/(redução) nos ativos e passivos</b>		
Nos impostos a recuperar	(1.028.077)	148.068
Nos adiantamentos e antecipações salariais	62.380	(168.027)
Nos adiantamentos aos grupos	(4.082.711)	(1.476.309)
Nos adiantamentos a terceiros	400.105	(1.915.991)
Nas despesas pagas antecipadamente	(102.140)	(134.640)
Nas comissões a diferir	(47.356.655)	-
Nas provisões para devedores duvidosos	(390.340)	-
Nos títulos e valores mobiliários	1.482.159	5.530.235
Nos depósitos judiciais	(16.142)	105.333
Nos fornecedores de serviços	(167.960)	1.196.580
Nos impostos e contribuições	1.072.760	1.231.323
Nas obrigações com pessoal	(155.435)	1.164.697
Nas provisões para contingências	(345.705)	240.922
Nas obrigações com consorciados	(147)	(584)
Nas participações nos lucros e resultados	88.119	-
Nos credores diversos - país	31.151	(1.351.265)
Nas partes relacionadas	(389.653)	(1.538.021)
Nas taxas de administração a repassar	16.657.491	-
Nos impostos diferidos	6.819.820	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>39.353</b>	<b>(2.235.132)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições em imobilizado	(175.889)	(108.126)
Aquisições em investimentos	(72.531)	(300.393)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(248.420)</b>	<b>(408.519)</b>
<b>REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(209.067)</b>	<b>(2.643.651)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>2.462.276</b>	<b>5.105.927</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>2.253.209</b>	<b>2.462.276</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023

### NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A.**, Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 18 de julho de 1986, com sede em Brasília (DF), tendo como objeto a constituição e a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis, serviços e outros itens permitidos pela legislação e normas aplicáveis.

### NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária aplicável à Empresa e em consonância com normas e instruções do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos, sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e a amortização do intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá





# BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2025.

**Base de mensuração**

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

**Moeda funcional**

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

**NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 DA ADMINISTRADORA**

Na elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes práticas contábeis: **a)** É adotado o regime de competência para o registro das receitas e despesas, sendo que a receita será reconhecida ao longo do período em que a Administradora de Consórcios prestar os serviços relacionados ao consórcio, como a administração, organização dos grupos e a intermediação de ofertas de crédito.

**b)** Títulos e valores mobiliários são demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

**c) Demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização.**

**d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros.**

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. No mínimo semestralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.

**e) Ativo permanente:** é registrado ao custo, sendo que as depreciações dos bens do imobilizado são calculadas, pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada (nota 07), segundo os critérios fiscais.

**f)** Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

**g)** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados decorrentes do curso normal de suas atividades e quando for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica

- **Ativos contingentes:** Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

**h) Imposto de Renda e Contribuição Social**  
O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.

**i) Tributos**

Calculados às alíquotas demonstradas no quadro a seguir. Considera-se, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

**j) Resolução BCB 352/2023**

A Resolução 352, emanada do Banco Central do Brasil em 23/11/2023, revogou a Resolução BCB 219, de 30/03/2023, e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem aplicados a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consorcio.

A nova regulamentação inclui regras sobre procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas

de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apurar a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de credito e a divulgação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelecendo prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões. A Administração da empresa está adotando providencias para o atendimento da legislação vigente.

**3.2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO**

**a) Disponibilidade e aplicações financeiras**

Representam recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação diária conforme normativos do Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são efetuadas diariamente em títulos e valores mobiliários. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou eventualmente perdas líquidas, que são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo, não incidindo para eles os rendimentos financeiros obtidos sobre as parcelas mensais recebidas dos consorciados.

**b) Direitos junto a consorciados contemplados**

São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.

**c) Passivo circulante**

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

**d) Obrigações com consorciados**

Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, cuja expressão, em Reais, exigível mensalmente, resulta de percentuais incidentes sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio, vigente na data de realização da assembleia de contemplação, respectiva de cada vencimento de obrigação.

Os percentuais que compõem o valor da parcela mensal de cada cota de consórcio são referentes ao fundo comum (100%) e às taxas pactuadas de fundo de reserva e de taxa de administração, divididas pelo número de meses previstos para a duração do grupo, de forma linear ou não.

**e) Recursos dos grupos**

Representa os recursos recebidos dos consorciados, referentes a fundo de reserva, rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios recebidos dos grupos e atualizações de direitos e obrigações, em decorrência da variação do preço do bem ou serviço de referência.

**f) Recursos coletados**

Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.

**g) Recursos utilizados**

Representa o total utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva, nas finalidades a que se destina.

**h) Fundo comum**

Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem ou serviço.

**i) Fundo de reserva**

Geralmente, é estipulado um percentual sobre o valor total dos créditos contemplados no grupo. Esse percentual pode ser fixo ou variável, mas sempre visando acumular recursos suficientes para cobrir eventualidades.

O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de percentual da carta de crédito de cada cota de consórcio, como parte específica integrante do pagamento mensal a cargo do consorciado, e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se, precipuamente, à cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum, despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo, despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais para recuperação de crédito do grupo e, adicionalmente - desde que não comprometida sua utilização para as finalidades precípuas -, para contemplação de cotas com os respectivos créditos.

**j) Taxa de administração**

A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual incidente sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio.

**k) Gestão de riscos**

A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, orientando em relação a transações além de requerer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

**l) Informações complementares:**

Os depósitos bancários e aplicações financeiras representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.

Em relação aos grupos de consórcio administrados pela Companhia, as principais informações complementares são:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de grupos em andamento	38	39
Quantidade de cotas ativas	26.183	21.825
Quantidade de desistentes/excluídos/quitados	7.062	4.112
Quantidade de cotas inadimplentes	2.910	3.043
% de inadimplentes (contemplados e não contemplados)	10,50%	13,94%
Quantidade de bens e serviços entregues	1.988	1.597

**NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Os recursos foram aplicados em diversas modalidades de investimento, em diferentes instituições financeiras, com rentabilidade bruta de 12,72% no ano de 2024.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras	1.446.779	2.928.938
Fundos de Investimento	2.251.460	2.461.772
<b>Total</b>	<b>3.698.239</b>	<b>5.390.710</b>
Ativo circulante	2.251.460	2.461.772
Ativo não circulante	1.446.779	2.928.938

**NOTA 05. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS**

Refere-se a repasses de recursos financeiros aos grupos de consórcio administrados, nas seguintes situações:

**a) Grupos ativos:** adiantamentos destinados a suprir insuficiências de arrecadação no fundo comum dos grupos de consórcio, notadamente nos primeiros meses de sua comercialização, de forma a propiciar-lhes condições mínimas de contemplação de cotas com os respectivos créditos, e assim favorecer sua performance, resguardando sua higidez econômico-financeira. Esses adiantamentos são resgatados pela Administradora nos meses subsequentes, antes do encerramento dos grupos, à medida que suas arrecadações se elevam.

**b) Grupos encerrados:** aportes realizados compulsoriamente pela Administradora, logo após a realização da última assembleia dos grupos, para cobertura de eventuais déficits de saldo financeiro para pagamento de créditos das cotas quitadas não contempladas anteriormente, e para restituição de valores pagos aos demais consorciados.

Déficits no encerramento tem como razão direta o inadimplemento de valores devidos por titulares de cotas contempladas e faturadas, em volume financeiro superior ao saldo arrecadado a título de fundo de reserva, na data de encerramento dos grupos.

O resgate, pela Administradora, dos montantes aportados em grupos encerrados, se dá conforme ocorra o recebimento, administrativa ou judicialmente, dos valores inadimplidos, cuja cobrança prossegue mesmo depois do encerramento dos grupos.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2023	(+) Aportes em 2024	(-) Resgates em 2024	Saldos em 31/12/2024
a) Adiantamentos a grupos ativos	13.580.204	9.153.927	4.837.430	17.886.701
b) Aportes em grupos encerrados	2.751.573	517.744	741.530	2.527.787
<b>TOTAL</b>	<b>16.331.777</b>	<b>9.671.671</b>	<b>5.588.960</b>	<b>20.414.488</b>

**NOTA 06. DESPESAS ANTECIPADAS**

Trata-se de despesa na contratação de empresas especializadas em tecnologia da informação, para a prestação de serviço de licença de uso. A duração da prestação de serviço em cada contrato, pode ser de até 03 anos.

**NOTA 07. IMOBILIZADO**

DESCRIÇÃO	DEPRECIACÃO (ao ano)	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Instalações / benfeitorias	20%	200.373	60.710	139.663	98.205
Móveis e equipamentos de uso	10%	416.836	323.862	92.974	71.808
Equipamentos de comunicação	10%	114.485	103.429	11.056	17.612
Sistema processamento de dados	20%	251.092	234.503	16.589	30.307
Sistema de segurança	10%	19.624	18.827	797	3.112
Outros equipamentos	10%	148.899	132.207	16.692	30.429
<b>TOTAL</b>		<b>1.151.309</b>	<b>873.538</b>	<b>277.771</b>	<b>251.473</b>

**NOTA 08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
<b>Encargos sociais e previdenciários sobre folha</b>	<b>1.044.217</b>	<b>1.059.756</b>
INSS	764.943	772.951
FGTS	279.274	286.805
<b>Tributos a recolher</b>	<b>2.288.116</b>	<b>2.029.516</b>
PIS	169.682	145.261
Cofins	782.321	669.895
ISS	682.365	534.911
IRRF	640.188	672.608
IRPJ	610.844	-
CSLL	219.854	-
Outros	13.560	7.840
<b>TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>4.163.031</b>	<b>3.090.271</b>

**NOTA 09. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL**

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e encargos sociais	2.273.534	2.428.969
	<b>2.273.534</b>	<b>2.428.969</b>

**NOTA 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos não identificados	-	14.984
Valores judiciais a repassar	627.650	627.650
Pagamentos a processar	-	47.043
Fazer Empreendimentos EIRELI	-	237.760
Comissão recursos FGTS	330.935	-
<b>TOTAL</b>	<b>958.585</b>	<b>927.437</b>

**NOTA 11. PASSIVOS CONTINGENTES**

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.

A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, da análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda. As ações de natureza civil têm como objeto pedidos de indenização, com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como pleitos de revisão de cláusulas contratuais, restituição de parcelas pagas no consórcio antes do encerramento do grupo e eventuais pagamentos considerados indevidos pelo consorciado. Na esfera trabalhista, predominam processos individuais, movidos por ex-colaboradores, que reclamam verbas diversas.

**a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis**

Passivos	Saldos em 31/12/2023	(+) Constituição (-) Reversão	Saldos em 31/12/2024
Contingentes	31/12/2023		31/12/2024
Cíveis	362.089	(138.752)	223.337
Trabalhistas	235.585	(206.953)	28.632
<b>TOTAL</b>	<b>597.674</b>	<b>(345.705)</b>	<b>251.969</b>

**b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)**

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.180/2009.

Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 5.978.589 em 31/12/2024, referente a 21 (vinte uma) ações e R\$ 5.067.304 em 31/12/2023, referente a 29 (vinte e nove) ações.

**NOTA 12. CAPITAL SOCIAL**

**a)** O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais) representado por 1.520.000 (um milhão, quinhentas e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é sua subsidiária integral.

**b) Reserva legal**

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976.

**c) Dividendos**

O acionista tem direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração equivalente, no mínimo, a 50% do lucro líquido ajustado, mediante deliberação da assembleia geral.

**d) O lucro foi destinado conforme segue:**

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA	
(+) Lucro líquido do exercício	26.520.348
(-) Reserva legal	1.326.017
<b>(=) Base de cálculo para dividendos</b>	<b>25.194.331</b>
(-) Dividendos 50%	12.597.165
(-) Dividendos adicionais	12.597.166
<b>(=) Lucros acumulados</b>	<b>-</b>

**NOTA 13. IMPLANTAÇÃO CPC 47**

Em cumprimento à legislação vigente e visando assegurar a transparência nas informações financeiras da Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A., apresentamos a seguir esclarecimentos complementares referentes à adoção do CPC 47 (norma brasileira de contabilidade que trata do reconhecimento de receita e do pagamento de comissões sobre venda de cotas de consórcio), implantado no exercício de 2024, em cumprimento à Resolução 120/2021, do Banco Central do Brasil.

O CPC 47 tem como principal objetivo estabelecer a base para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, bem como o diferimento das comissões pagas sobre as vendas de cotas de consórcio. A sua adoção impactou a forma como a Empresa passou a reconhecer as receitas e o pagamento das comissões sobre as vendas, inerentes aos contratos de consórcio.

No contexto de consórcios, isso significa que a receita será reconhecida ao longo do período em que a Administradora de Consórcios prestar os serviços relacionados ao consórcio, como a administração, organização dos grupos e a intermediação de ofertas de crédito, adotando o mesmo critério para o pagamento das comissões.

No caso das receitas, anteriormente, eram reconhecidas de maneira global, pelo regime de caixa, com base em critérios simplificados, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, órgão regulador e normalizador do sistema de consórcios no Brasil. Com a implantação do CPC 47, passamos a reconhecer as receitas de forma mais detalhada e progressiva, de acordo com a entrega das obrigações previstas nos contratos, com tratamento especial para aquelas derivadas das taxas de administração antecipadas, provenientes da quitação antecipação de parcelas e do pagamento de lances, que igualmente quitam antecipadamente obrigações futuras.

Em relação aos pagamentos das comissões sobre vendas de consórcio, a apropriação em despesa passou a ser diferida considerando os respectivos prazos das quotas de consórcios, previstos contratualmente.

**Alterações na Demonstração de Resultados**

A implantação do CPC 47 resultou em uma mudança na forma de apresentação das receitas e das despesas associadas à contratação e administração de cotas de consórcio, além de uma revisão nos saldos de contratos em andamento. Esse ajuste visa proporcionar uma visão mais fiel da performance da Administradora, considerando o cumprimento das obrigações de forma contínua ao longo do tempo.

A iniciativa, reflete o compromisso em manter a conformidade com as normas contábeis brasileiras e garantir uma gestão financeira mais transparente e precisa. A transição foi realizada de forma cuidadosa e criteriosa, de modo a minimizar impactos sobre as operações e garantir a adequação dos relatórios financeiros à nova norma.

A seguir quadro demonstrando as contas contábeis criadas em decorrência da implantação do CPC 47:

DESCRIÇÃO		31/12/2024
<b>Ativo</b>		
Rendas a receber		390.340
Taxa de administração a receber		5.481.200
(-) Provisão para devedores duvidosos		(5.090.860)
Comissões diferidas - representantes		39.366.053
Comissões diferidas - colaboradores		7.990.602
<b>Passivo</b>		
Provisão para IRPJ diferido		5.774.725
Provisão para CSLL diferida		2.078.901
Provisão para PIS diferido		184.409
Provisão para Cofins diferida		840.398
<b>Receita</b>		
Diferimento taxa de administração		11.176.291
<b>Despesa</b>		
Diferimento comissões representantes		39.366.053
Diferimento comissões colaboradores		7.990.602



# BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

## NOTA 14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2024	31/12/2023
Proventos, encargos sociais e benefícios	37.392.777	36.325.905
Diferimento comissões colaboradores (a)	(7.990.602)	-
Comunicação	1.105.080	903.960
Propaganda e publicidade	1.823.259	1.385.505
Diferimento comissões representantes (b)	(22.212.443)	-
Serviços de terceiros (c)	48.583.565	28.118.387
Rateio de despesas (d)	3.939.850	12.912.786
Administrativas	351.721	184.479
Perdas diversas	1.796.941	60.254
Indenizações	188.475	459.206
Provisões para passivos contingentes	1.316.187	2.226.517
Bens retomados	485.142	1.639.116
Outras	1.558.047	1.744.974
PDD-Provisão para devedores duvidosos	5.090.860	-
Provisão IRPJ diferido CPC 47	5.774.725	-
Provisão CSLL diferida CPC 47	2.078.901	-
TOTAL	81.282.485	85.961.089

- (a) Redução proveniente da implantação do CPC 47, que implicou o diferimento de parte das comissões pagas aos colaboradores comissionistas (empregados CLT), sobre vendas de cotas por eles realizadas.
- (b) Redução proveniente da implantação do CPC 47, com diferimento de parte das comissões pagas aos representantes (pessoas jurídicas), sobre vendas de cotas por eles realizadas.
- (c) Do saldo da despesa com serviços de terceiros, R\$ 44.061.840 é proveniente de pagamento de comissão paga a pessoas jurídicas, pela venda de cotas de consórcio, que apresentou maior comercialização em 2024.
- (d) As despesas com rateio estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

RATEIO DE DESPESAS	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	1.732.090	5.233.136
Encargos	731.548	1.847.458
Benefícios	1.064.097	2.818.514
Serviços de terceiros	-	1.431.837
Aluguéis e arrendamentos	-	281.449
Festividades de comemorações	-	20.997
Comunicação	-	128.889
Demais rateios	411.715	1.150.506
TOTAL	3.939.850	12.912.786

- (e) As despesas abaixo estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

DESPESAS TRIBUTARIAS	31/12/2024	31/12/2023
PIS	1.703.563	1.466.596
Cofins	7.853.073	6.770.944
ISS	5.742.954	4.413.462
Outros tributos federais/estaduais/municipais	154.051	23.383
TOTAL	15.453.641	12.674.385

## NOTA 15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro/prejuízo líquido antes da contribuição social	35.204.674	-	(5.353.254)	-
Lucro/prejuízo líquido após a contribuição social	-	34.984.819	-	(5.353.254)
(+) Adições	18.334.841	18.781.832	2.911.291	3.118.771
Contribuição social	-	219.854	-	-
Despesas com brindes e festividades	144.812	144.812	20.997	20.997
Participação nos lucros - Administradores	-	227.136	-	207.480
Provisões judiciais	1.316.187	1.316.187	2.226.517	2.226.517
Taxa de administração a diferir	11.176.291	11.176.291	-	-
Provisão para devedores duvidosos	5.090.860	5.090.860	-	-
Outras adições	606.691	606.692	663.777	663.777
(-) Exclusões	50.049.763	50.049.763	1.985.596	1.985.596
Reversão de provisões judiciais	1.659.301	1.659.301	1.985.596	1.985.596
Diferimentos Resolução 120 CPC 47	48.390.462	48.390.462	-	-
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	3.489.752	3.716.888	(4.427.559)	(4.220.079)
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	3.489.752	3.716.888	-	-
TRIBUTOS DEVIDOS	219.854	610.845	-	-

## NOTA 16. PARTES RELACIONADAS

### a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2024	2023
Honorário	454.272	436.800
Honorário suplementar	51.302	49.361
Anuênio adquirido	7.445	7.445
Encargos sociais	188.164	181.889
Plano de previdência	64.440	72.878
Participação nos lucros e resultados	227.136	207.480
TOTAL	992.759	955.853

### b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2024	2023
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	715.750
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	3.939.850	12.197.036
Total das Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas	3.939.850	12.912.786
SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS		
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	609.315	1.140.407
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	250.643	108.968
Associação dos Funcionários das Empresas Bancorbrás	10.169	10.405
TOTAL DOS SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS	870.127	1.259.780

## NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Plano de pensão e benefícios** - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) **Seguro saúde** - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2024.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO

Diretor-Presidente

JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA

Diretor-Executivo

EDIVANIRA VIEIRA DINIZ

Contadora CRC 009.619/O-5 DF

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e acionistas da

**BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**

Brasília / DF

### Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício e semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 13, no encerramento do exercício de 2024 a Administradora concluiu a implantação do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente de forma prospectiva, em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil.

### Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 foram por nós auditadas com ressalva quanto a não adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2024. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.

- Adoção do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente e seus reflexos contábeis, em especial na apropriação da despesa com corretagem e da receita de taxa de administração.

**Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o

Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis** A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada e de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 20 de março de 2025.

**PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC-PR nº. 5.196/O-2

CVM nº. 9458

**GEOVANI GOMES ZAGOTO**

Contador

CRC-PR-035.215/O-3/S/DF

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 20 de março de 2025.

### CONSELHO FISCAL:

**CARLOS EDUARDO VIDIGAL**  
**CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA**  
**CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA**  
**ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS**

